

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 16

DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1994

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1949: Dois "Portugais" em confronto* **

Contexto e significado das eleições

Iremos analisar com objectividade o teor ideológico dos discursos políticos subjacentes à campanha eleitoral de 1949 —de 1 de Janeiro a 11 de Fevereiro —> que opunha o General José Mendes Ribeiro Norton de Matos, enquanto candidato oposicionista, ao Marechal António Óscar de Fragoso Carmona, candidato oficial da Situação. Procuraremos, implicitamente ou explicitamente, captar as características *sui generis* que determinavam a essência das estratégias, dos ideais e dos projectos sócio-políticos da oposição "constitucional" e do Estado Novo. Projectos que poderiam ter sido, ou que foram, institucionalmente cristalizados no seio da nação do pós-guerra. Tentaremos, igualmente, encontrar possíveis definições para certos princípios e conceitos chaves do discurso ou da linguagem oficializada por ambos os campos antitéticos.

A Europa dos inícios de 1949 encontrava-se ainda marcada pela reconstrução material do pós-guerra e pela subsequente expansão doutrinária e ideológica dos valores democráticos e

* Mestrando de História Moderna, Faculdade de Letras de Coimbra.
Bolseiro da JNICT.

** Este texto, na sua versão inicial, foi redigido para o Seminário de Licenciatura denominado *Estado Novo e Salazarismo. Instituições, Ideologias, Culturas e Mentalidades*, cuja orientação se deveu ao Prof. Doutor Luís Reis Torgal.

comunistas das respectivas nações vencedoras. Assim sendo, os paradigmas socio-políticos consolidados posteriormente ao segundo conflito mundial acabaram por se difundir e se cristalizar no seio das políticas internas de vários países. Ora, Portugal e as eleições presidenciais não fugiram às novas consequências caracterizadoras de uma recente situação de proto-conflituosidade que paulatinamente se foi edificando no cenário mundial entre uma tendência hegemonicamente pró-democrática e outra oficialmente pró-comunista. Todavia, internamente, o ano de 1949 manifestou ainda uma parcial continuação do período inaugurado, *grosso modo*, em 1945 quando Salazar prometeu "eleições tão livres como na própria Inglaterra", assim como não deixou de funcionar como um momento chave para o processo vital do Estado Novo e para as expectativas oposicionistas, algo ilusórias, de um reformismo democrático.

A vitória aliada na Europa, em Maio de 1945, continuava fresca na memória da maioria da oposição. Uma vitória que acabaria por se traduzir numa crença, algo irrealista, pela qual a oposição poderia obter o auxílio das nações ocidentais na sua cruzada antifascista que, indirectamente, mais não seria do que um prolongamento ou uma emanção tardia da "Segunda Guerra Mundial" devidamente transportada para as fronteiras internas de Portugal[^]). Havia, pois, uma convicção, algo dogmática, da existência de um certo determinismo evolucionista e cosmopolita

P) Acerca desta questão, passamos, de imediato, a citar algumas palavras de José Aquila — um oposicionista — no seu artigo intitulado *Fala um Homem*: "Toda a nossa revolta é consequência directa dos acontecimentos interiores. Vêm-nos influências de fora do país? É natural. Mas essas influências não tomam parte na luta. Exercem sobre nós apenas a acção de um catalizador. Podem acelerar o fenómeno político, mas apenas por intermédio do exemplo, que galvaniza a nossa vontade, nos dá uma alma nova, nos faz crer nas nossas possibilidades. A influência estrangeira, repetimos, não intervém directamente na luta nacional. E que culpa temos nós de que a mesma causa que nos move tenha sido aquela que levou outros Estados a períodos semelhantes ao que agora vivemos [refere-se à participação das potências ocidentais no segundo conflito mundial e à sua respectiva luta contra o fascismo]? Que culpa temos nós que noutros países se tenha também lutado pela Liberdade? Alguém nos pode acusar por seguirmos esse tão nobre exemplo? É essa a influência do estrangeiro, e nada mais. O processo histórico obriga todos os povos a subirem os mesmos degraus da evolução" (*República*, 10 Fev. 1949).

dos regimes político-democráticos. Um relativo determinismo geohistórico que tendencialmente acataria o princípio da fatalidade geográfica e civilizacional do pós-guerra, encontrando-se Portugal por processo natural, inserido no chamado "Mundo Livre". De facto, para grande parte da oposição a Situação vigente seria meramente anti-natural e transitoria, tanto mais que se acreditava que o regime se veria obrigado, dentro em breve, a realizar profundas reformas susceptíveis de democratizar as instituições da nação, assim como os laços de sociabilidade humana. Por outras palavras, pensava-se que a conjuntura internacional funcionaria em prol da consolidação necessária e inquestionável da ideia de democracia: "A Democracia — 'Governo do povo, pelo povo e para o povo', como a queria o grande Lincoln — é uma ideia em marcha ao longo da história da humanidade civilizada, e aproximando-se consecutivamente, embora através das maiores contrariedades e contradições, de sempre novas e mais perfeitas concretizações, na base dos seus pressupostos fundamentais: a Liberdade e a Igualdade, servidas estas pela cultura, pelo progresso económico e pela justiça distributiva dos bens da civilização"(2).

Acreditava-se, desde 1945, que os aliados iriam adoptar para com o país uma política de boicotagem à semelhança daquela que tinham posto em execução para com a Espanha de Franco. Uma expectativa que havia sido reforçada pelo facto das Nações Unidas — nomeadamente a URSS — se terem "frontalmente" oposto à entrada de Portugal no seu seio, o que vinha, aparentemente, dar razão aos contestatários do regime. Com efeito, para muitos opositores a futura admissão de Portugal na comunidade internacional implicaria forçosamente a integração do Estado português na "Nova Ordem Democrática" e o respectivo abandono da sua estrutura fascizante e ditatorial.

Mas, o ambiente interno não deixava de ser caracterizado por uma certa tensão conspiratória, onde a contestação ao regime vigente assumia genericamente a forma de uma dualidade estratégica de oposição semi-legalizada ou de oposição clandestina — essencialmente revolucionária e algo imbuída da tendência putshista(3).

(2) *República*, 9 Fev. 1949.

(3) As duas tentativas de golpe militar em 1946 e 1947 são disso exemplo.

Na verdade, as eleições — ou melhor dizendo as pseudo-eleições — presidenciais de Fevereiro de 1949 funcionaram até 1958 como a última grande oportunidade de afirmação e de consolidação das forças antitéticas ao regime em torno de uma relativa unicidade, ainda no seguimento das múltiplas expectativas criadas pela vitória das democracias frente aos regimes fascistas e autoritários da Europa. Contudo, as eleições de 1949 representaram, de certa forma, o canto-de-cisne deste mesmo período. O Salazarismo acabou por conseguir superar esta sua primeira grande crise estrutural e formal, provocada especialmente pelo segundo conflito mundial. Um conflito que influenciou internamente a dialéctica entre a estagnação e o desenvolvimento, afectando também os equilíbrios económicos e sociais necessários à estabilidade governativa. Por outras palavras, o Estado Novo e o seu edifício suporte, tal como foi constituído na década de 30, foram postos em causa. Todavia, a acção dos Estados Unidos e da velha aliada britânica permitiram que Salazar reforçasse a sua posição internacional mediante a entrada de Portugal na NATO, em Abril de 1949. Paralelamente, a nível interno, a Situação ao conseguir um equilíbrio entre as forças mais conservadoras e as forças mais progressistas do regime, pôde fazer frente a uma oposição incontestavelmente mais corroída e dividida que em 1945. A explicação para este fenómeno provém parcialmente do advento da "Guerra Fria" e da respectiva cisão do mundo em dois grandes blocos: o democrático e o comunista. Tal divisão irá reflectir-se em Portugal, levando ao "progressivo" afastamento de certos sectores republicanos⁽⁴⁾ da aliança com os comunistas — e

(4) Já durante as eleições de 1949 era possível vislumbrar uma cisão no seio do campo republicano. Cunha Leal, que atacara duramente os "governos" de Norton de Matos em Angola —basta lembrar a sua obra intitulada *Calígula em Angola*, datada de 1924 —> juntamente com a Comissão Executiva do Partido Republicano eram contrários à viabilidade de tal candidatura. Com efeito, Cunha Leal acabará por denunciar o apoio comunista à candidatura de Norton de Matos, numa entrevista dada em 22 de Janeiro ao *Diário de Lisboa*. Quanto à Comissão do Partido Republicano, chefiada por Manuel Serras, as condições de participação no acto eleitoral eram simples: "[...] ou o governo previamente rodeava o acto eleitoral das garantias que a oposição legitimamente reclamava, de forma que esta pudesse decente e seriamente tomar nele parte, ou não o fazia [...] e, nesse caso, a oposição não emprestava a sua colaboração, nem mesmo em princípio, a uma comédia destinada a dar fora do país a errada impressão da existência, em Portugal, de uma liberdade que continuava

vice-versa. Em suma, a "Guerra Fria" funcionou como elemento de justificação do Estado Novo e da "Revolução Nacional", bem como de arma ideológica ao serviço da perenidade salazarista. A própria oposição acabou por ser atraída nos seus propósitos de obter o apoio das nações democráticas uma vez que o ocidente acatou a existência de um regime autoritário e ditatorial em Portugal, tanto mais que esse mesmo regime era ideologicamente contrário aos pressupostos comunistas, podendo obviamente vir a ser útil no embate com o bloco bolchevique. Por outras palavras, a "Guerra Fria" passou a constituir o pulmão predilecto de respiração interna e sobretudo externa do Estado Novo. Tal conjuntura levou à superação do período de desorientação estadonovista e fundamentou um novo processo de cerrar fileiras em torno do Presidente do Conselho, que acabou por isolar "internacionalmente" a oposição e por legalizar uma *nova pax* que se prolongará durante a década de 50 até ao "terramoto" das eleições presidenciais de 1958. Assistimos, pois, ao último período de estabilidade duradoura do Estado Novo. Uma estabilidade que será internamente e externamente desmantelada, cabendo à Guerra Colonial o papel de minar irreversivelmente os alicerces do Estado corporativo.

Resta-nos definir, com maior claridade, a questão primordial que está em jogo nestas mesmas eleições. Salazar, no seu famoso discurso de 7 de Janeiro de 1949 — proferido no Porto aquando da II Conferência da União Nacional —, dá-nos uma resposta objectiva: "[...] a próxima eleição presidencial não se limita a escolher um entre dois candidatos, mas, pela força das coisas, a escolher um

suprimida" (*Diário de Lisboa*, 4 Jan. 1949). Em suma, achava-se que a desistência e a abstenção seriam indispensáveis à luz de uma provável conjuntura de pseudo-eleições.

Relativamente às várias "correntes" políticas presentes em 1949, o situacionista Jorge Botelho Moniz testemunhava a existência de quatro: a dos "situacionistas ortodoxos", tipo União Nacional; a dos "situacionistas tipo franco-atiradores", não inscritos na União Nacional; a dos adversários do Estado Novo que professavam um anticomunismo e como tal não participavam na campanha de Norton de Matos e, finalmente, a dos adversários mais radicais e apoiantes da oposição "oficial" — grupo tido como heterogéneo e chefiado pelos comunistas (*Vide* Jorge Botelho Moniz, *Campanha Eleitoral*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1949, pp. 144-145).

dentre dois regimes^{1^5}). César Nogueira — um apoiante de Norton —, corroborando da afirmação do chefe do governo, explicita, no seu artigo *O significado das eleições*, o ponto de vista oficial do projecto oposicionista, assim como a hereditariedade e a tradição histórica, mas actual, desse mesmo programa: "E, na verdade, é a questão principal, é o facto que se impõe à consciência do eleitorado, que não tem que se importar com partidos ou homens. Tem simplesmente e unicamente, que escolher entre a Situação e a Democracia. São dois regimes opostos. O da Democracia, é o que nos concede todos esses direitos basilares, conquistados pela grande revolução francesa, em 1789, pela revolução liberal portuguesa, em 1820, assim como pela de 5 de Outubro de 1910, que proclamou a República, e recentemente sancionados pela U.N.O. no Pacto Internacional dos Direitos do Homem"⁶).

Quanto a nós, atrevemo-nos a considerar que as eleições presidenciais funcionaram já como polo dinamizador de um vasto e híbrido "debate" entre três tipos conceptuais de "democracia" — correspondendo às três grandes vias político-ideológicas do cenário mundial. De um lado, a chamada "democracia orgânica", corporizada pelo Estado Novo; do outro lado, a tão divulgada "democracia parlamentar e pluralista", personificada essencialmente pelos republicanos e, por fim, a nova "democracia popular", defendida pelos comunistas. Em suma, 1949 constituiu um momento chave no desabrochar desse mesmo "debate", promovido essencialmente pelos primórdios da "Guerra Fria".

No entanto, é incontestável que na campanha eleitoral oposicionista tenha havido por razões de estratégia política, uma subordinação voluntária, talvez algo fictícia, da corrente comunista em relação à corrente demo-liberal. A explicação para tal facto reside, principalmente, na perpetuidade dessa posição estratégica assumida pela direcção do PCP. Uma posição que tinha sido previamente definida por Álvaro Cunhal, concretamente, no seu relatório de 1943 então apresentado ao congresso comunista. Segundo Dawn Linda Raby: "O fundamento teórico, expressamente declarado no seu relatório de 1943, residia no facto de em Portugal

(5) Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 350.

(6) *República*, 10 Fev. 1949.

não estarem ainda criadas as condições para a conquista do poder pelo proletariado"(7). Assim sendo, para os comunistas, seria taticamente necessário estabelecer uma aliança com os "republicanos burgueses" demo-liberais e procurar ampliar, o mais que possível, o campo da unicidade antifascista, incorporando elementos socialistas, anarquistas, bem como tráfugas do regime. Daí que, os comunistas abrissem mão de um conjunto de concessões aos republicanos, uma vez que o seu espírito se pautava pela noção "dimitroviana"(8) de ser possível, tal como em 1945, a elaboração de uma Frente Popular antifascista que conciliasse trabalhadores e "burgueses". Todavia, como já vimos, as concessões efectuadas pelos comunistas aos republicanos demo-liberais — em prol da unidade oposicionista e da obsessiva destruição do Estado Novo —, bem como a aceitação de Norton de Matos (e do seu manifesto à nação) como candidato único e representativo da união oposicionista, levaram ao desenvolvimento na campanha eleitoral de um discurso oficial pró-liberal e pró-democrático, tendo por modelo de regime a Primeira República. No entanto, o consenso das forças de oposição ao Estado Novo já não foi tão unânime como o tinha sido em 1945. De facto, a conjuntura internacional de 1945, em que a URSS era aliada das democracias ocidentais e justa vencedora da guerra contra as potências do Eixo, difere da atmosfera híbrida e ecléctica de 1949, em que o desabrochar da conflituosidade entre os aliados da véspera se foi tornando cada vez mais evidente. Assim sendo, as eleições presidenciais de 1949, bem como o teor da linguagem política da oposição, mas igualmente do Estado Novo, irão reflectir parcialmente tal situação externa.

Recapitulando e concluindo, as presidenciais de 1949 poderão ser vistas como um ponto ambíguo de relativa continuidade com

O Dawn Linda Raby, *A Resistência antifascista em Portugal*, Lisboa, Edições Salamanca, 1988, p. 80. O próprio Norton de Matos haveria de reconhecer, num discurso proferido na cidade de Aveiro, que "antes de chegar a hora comunista, os comunistas actuam mais pelos outros do que por eles próprios" (*Conferência do General Norton de Matos feita em Agosto de 1953 em que analisa as Doutrinas dos partidos totalitários*, s.l., Edição dum grupo de republicanos de Estarreja, 1974, p. 13).

(8) Vide Jorge Dimitrov, *A 111 Internacional e o Fascismo*, s.l., Assírio & Alvim, Cadernos Peninsulares/nova série/ensaio 12,1975, p. 43.

as eleições legislativas de 1945, mas também de ruptura com esse mesmo ciclo de oposição unificada — pelo MUD — ao regime salazarista. Um ponto que conheceu a confluência de múltiplas correntes ideológicas e de vários factores históricos que se foram correlacionando e interpenetrando. Oficialmente, as eleições permitiram o choque entre "dois processos, duas escolas, dois pensamentos políticos"⁹⁾ que reivindicaram, para si, toda uma herança histórica inerente, segundo eles, às tradições e aos costumes do espírito nacional. Assim sendo, as eleições constituíram um formidável palco de confronto entre uma tradição secular de democraticidade, onde as cortes, o vintismo, o setembrismo, a Patuleia e o republicanismo mais não seriam do que emanações do espírito de liberdade e de democracia, e uma tradição, igualmente secular, de autoritarismo político, onde o centralismo monárquico e as ditaduras, como a de Sidónio Pais, personificariam regimes políticos autoritários, que ao longo da história portuguesa se foram alternando — como se houvesse um "rotativismo político" —, dando origem a essa mesma dualidade "fenomenológica" e memorial. Tradições que ambos os campos reivindicaram — rejeitando a do adversário — a fim de legitimar o sistema político que pretendiam cristalizar. Por outras palavras, foram indubitavelmente duas memórias históricas, dois conceitos de nação, dois "Portugais" que pugnaram pela vitória. Em suma, foram duas propostas de "regeneração" e de reconciliação que estiveram em confronto em 1949 e que tiveram por base duas matrizes de unidade nacional, incontestavelmente divergentes. No entanto, os resultados dessas mesmas eleições acabaram por ser novamente forjados. Uma eleição que foram perfeitamente controladas pelo regime, permitindo a continuidade da "representação monística" estadonovista¹⁰⁾. Daí que, perante nova "farsa eleitoral", a oposição — depois de um debate interno — tenha optado pela tradicional estratégia do abstencionismo a fim de alertar o exterior da falta de democracia política em Portugal.

(⁹⁾ *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, p. 391.

(¹⁰⁾ Sobre este assunto *vide* Manuel Braga da Cruz, "A Oposição Eleitoral ao salazarismo", *Revista de História das Ideias*, vol. V, tomo D, Coimbra, 1983.

A Oposição e as Eleições

Um golpe de estado constitucional

No presente tópico será nosso objectivo explicitar sucintamente a estratégia "golpista" assumida por Norton de Matos durante a campanha eleitoral. Procuraremos, também, desmontar os pressupostos ideológicos subjacentes ao pensamento do "guia espiritual" da oposição.

De certa forma, para Norton de Matos a viabilidade de uma candidatura às eleições presidenciais de 13 de Fevereiro de 1949 — aproveitando ainda o contexto de relativa abertura do regime, iniciado essencialmente em 1945 — implicaria, sobretudo, a execução imediata de "quatro" princípios:

1) A constituição de uma Frente Única de oposição ao regime filofascista⁽ⁿ⁾. Uma frente constituída por uma Comissão de Serviços Centrais de Candidatura (CSCC), com sede em Lisboa, e representada em cada Distrito da Metrópole e Ilhas por uma Comissão dos Serviços Distritais da Candidatura (CSDC). Devendo segundo Norton "cada CSDC tudo fazer para evitar os menores atritos de política partidária, pondo de lado todas as discrepâncias ou projectos políticos individuais ou colectivos, para que entre todos os opositores do actual regime haja a melhor harmonia e para que todos tenham em vista exclusivamente manter e levar energicamente ao fim a Candidatura, defendendo-a e levantando-a para que dela se possa tirar o maior bem para Portugal. Só desta

⁽ⁿ⁾ Já numa carta destinada a António Sérgio, e datada de 16 de Fevereiro de 1947, Norton escrevia: "Se as oposições ao fascismo (e desgraça é que eu tenha de dizer isto por ver que não há uma oposição única, como tanto será para desejar) não trabalham harmónicamente e se cada uma delas passar a puxar para o seu lado, nada se conseguirá. Creio que os fascistas nos ensinaram cousas que são de aproveitar temporariamente: — para se manterem criaram o partido único; para os derrubarmos teremos de constituir a Frente única de Oposição (Joaquim Romero Magalhães, "Breve Nota sobre duas cartas de Norton de Matos", *Revista de História das Ideias*, vol. V, 1983, p. 1022). Como se pode constatar, em 1947, não existiria uma oposição, mas sim oposições — aliás pouco depois, nomeadamente em Março de 1948, o MUD sofreu um processo de ilegalização formal.

forma se poderá conseguir a forte e eficaz Frente Eleitoral, cuja existência é indispensável⁽¹²⁾.

Concomitantemente, seria dada a essa mesma frente de combate uma estrutura orgânica muito similar à da organização militar, dotando-a de um conceito de "unidade de comando"⁽¹³⁾ sob a égide do candidato oposicionista.

2) O tipo de contestação ao "Estado-Polícia" deveria funcionar segundo o candidato como "uma batalha de carácter essencialmente político, sem forças armadas, da nossa parte desviando sempre tudo que pudesse conduzir a guerra civil ou a simulacros dela, ordeira e legal, apoiada continuamente nos direitos e garantias que a Constituição Política, em vigor desde 1933, estabeleceu"⁽¹⁴⁾.

Havia, de facto, todo um "legalismo jurídico" que norteava o pensamento de Norton de Matos, tornando-se primoroso agir somente dentro da ordem estabelecida, aproveitando-se de todas as armas constitucionais susceptíveis de derrubar a Situação. Existia, pois, oficialmente uma obediência estrita à ordem constitucional em vigor e seria dentro dela que a oposição se deveria mover. Será, em suma, por meios legais e ordeiros que a Frente Eleitoral — é a tática do "cavalo de Tróia" — procurará substituir o regime vigente por um novo. Tal estratégia é denunciada por Oliveira Salazar como uma tentativa de "golpe de estado constitucional"⁽¹⁵⁾.

3) O projecto que orientaria oficialmente essa mesma candidatura teria por modelo institucional a Primeira República, deixando-se "guiar" pelo chamado "espírito de 5 de Outubro"⁽¹⁶⁾

(12) Norton de Matos, *Os dois primeiros meses da minha candidatura à presidência da República*, Lisboa, Edição do Autor, 1948, p. 118.

(13) Vide Norton de Matos, *Mais quatro meses da minha candidatura à presidência da República*, Lisboa, Edição do Autor, 1949, p. 147.

(14) *idem, ibidem*, p. 19.

(15) Salazar afirmou, ao se referir às eleições presidenciais, em 7 de Janeiro de 1949, no Palácio da Bolsa: "[...] deverá ser esta a última vez que é tecnicamente possível um golpe de estado constitucional" (*ob. cit.*, vol. IV, p. 380).

(16) Acerca desta questão Norton escreveu: "Há em Portugal um pugilo de homens que labuta para manter bem aceso o que chamo o espírito de 5 de Outubro, o qual os levou a apresentar o General Norton de Matos, candidato da oposição, às próximas eleições presidenciais" (*Mais quatro meses...*, pp. 21-22). Com estas palavras, Norton pretendia salientar que a sua candidatura

e por toda a tradição histórica de democraticidade portuguesa⁽¹⁷⁾.

Para Norton tratava-se de conduzir o país a participar da tendência ocidental de liberdade, evitando assim o perigo do isolamento internacional da nação. Pretendia-se, também, apregoar a existência de uma similitude entre o espírito democrático da oposição e o pensamento democrático que regia os destinos das maiores nações do mundo — que eram institucionalmente democracias.

4) Finalmente, para a oposição tornava-se forçoso que o governo tomasse medidas que assegurassem forçosamente a liberdade de propaganda, de reunião, de imprensa e de pensamento. Para tal, urgia que a censura fosse abolida de forma a permitir que as eleições ganhassem coerência e autenticidade democrática. Solicitava-se que o recenseamento eleitoral fosse revisto a fim de evitar a indevida eliminação dos cidadãos tidos como anti-situacionistas. Concomitantemente, reivindicava-se uma fiscalização imparcial das eleições e dos votos através do acatamento oficial por parte de governo da nomeação, em paralelo, de delegados do candidato da Situação e de delegados da oposição — sobre estas questões foram publicados pelos Serviços Centrais da Candidatura nortoneana folhetos de valor catequético: *Nota relativa aos direitos e deveres dos delegados eleitorais* e a *Cartilha do Eleitor*. Por outras palavras, pretendia-se que as eleições presidenciais fossem livres, segundo o modelo das democracias ocidentais, a fim de impedir a reedição das pseudo-eleições de 1945

detinha uma origem e uma inspiração republicana, demarcando-se assim daqueles que o acusavam de ser um mero candidato forjado pelos comunistas.

(17) A propósito deste assunto, há no seio dos democratas portugueses da época um conceito de tradição histórica de democracia e de liberdade. Tradição que é tida como sendo intrínseca à matriz da nacionalidade portuguesa, ou então da civilização ocidental à qual pertencemos por razões de "determinismo" geográfico e histórico. Para melhor explicitarmos tal constatação passamos, de imediato, a transcrever o seguinte trecho da autoria de Augusto Casimiro: "Em Portugal há uma tradição democrática e de liberdade desde os primeiros séculos da nossa independência. Alguns reis apoiaram-se no povo, na força dos concelhos, dando-lhes as liberdades e privilégios que estes requeriam, quando se não viam obrigados a conquistá-los pela sua mão. É preciso honrar a única forte, a mais forte tradição nacional: a das nossas liberdades públicas" (*República*, 10 de Janeiro de 1949). Assim, as ideias de democracia e de liberdade funcionariam como características histórico- raciais.

e a perda de prestígio da nação. O próprio Norton acabava por ir mais longe ao sustentar um provável abandono da luta eleitoral: "[...] não me prestarei a colaborar numa farsa eleitoral e deixarei ao Governo a responsabilidade de manifestar a todo o mundo que em Portugal não há eleições livres, só podendo votar e ser eleitos aqueles que em sua soberana vontade ele quiser"⁽¹⁸⁾.

Denunciava-se, assim, o monopolismo de representatividade política exercida pela União Nacional, bem como uma provável desistência do candidato oposicionista. Mas nem por isso a oposição nortoneana cruzava os braços e a viva esperança numa vitória provocaria mesmo a constituição de um plano de emergência de cunho nacional que, de momento, se poderia impor ao país através de um ideal desvinculado de todo o partidarismo e alheio a todo o espírito sectário. Um plano que permitisse a destruição do regime filofascista, que regia os destinos do país, e a substituição da constituição política de 1933, considerada obsoleta, tanto mais que lhe faltava articulação com a realidade portuguesa, não passando de uma obra de "mera fachada de um regime de força"⁽¹⁹⁾. Aliás, poderemos salientar com maior rigor a finalidade da candidatura antifascista, citando novamente o candidato da oposição: "Mais uma vez desejo dizer que com a Candidatura à Presidência da República, que aceitei — e que cidadãos portugueses, em número dia a dia maior, bem estão compreendendo nos seus patrióticos fins e propósitos e fazendo todos os esforços e dispondo-se aos maiores sacrifícios para que ela — a sua candidatura — se transforme num grande êxito da Democracia Liberal Portuguesa contra instituições fascistas, nazistas, totalitárias e de carácter essencialmente policial, que há tantos anos estão perturbando o mundo inteiro, — eu não vi desde o seu início, em Março de 1948, quando principiou a enraizar-se no meu espírito e a apoderar-se da minha vontade, a realização desta Candidatura, outra coisa que não fosse um movimento nacional, levado a cabo por um povo livre, por meio de eleições livres e decentes, para o estabelecimento de um sistema de instituições, de administração pública e de Governo, capaz de fazer desaparecer para sempre dentre nós portugueses as lutas

⁽¹⁸⁾ *Mais quatro meses...*, p. 95.

⁽¹⁹⁾ *Os meus dois primeiros meses...*, p. 44. Norton salienta igualmente "a disparidade que existe na prática entre o que a Constituição proclama e as autoridades praticam" (*Ibidem*, pp. 43-44).

fraticidas, as perdas de energia, o obscurecimento da liberdade, a diminuição ou desrespeito da pessoa humana, a possibilidade de qualquer exploração do homem pelo homem, a menor quebra da nossa independência e da nossa soberania como Nação"(20).

Como se pode depreender de tais palavras, existia no seio da oposição democrática uma íntima solidariedade "espiritual" para com o resto das nações que igualmente combateram o nazismo, o fascismo e o totalitarismo. De forma que a luta que se travava, em 1949, era vista como um prolongamento necessário e natural de todo aquele processo internacional de rejeição histórica à chamada "Terceira Via". Daí, que as eleições presidenciais fossem parcialmente vistas como um afloramento tardio entre nós das consequências do segundo conflito mundial.

Mas em que consistia a metodologia reformista ou "revolucionária" — dentro da ordem constitucional estabelecida desde 1933 — do plano de emergência nacional que o movimento nortoneano pretendia pôr em prática caso ganhasse as eleições? Para substituir a "oligarquia" do Estado Novo por um regime demoliberal, segundo os moldes da Primeira República, o velho republicano, em íntima consonância com os seus apoiantes, programou a seguinte estratégia político-jurídica:

1) Modificar muito do que politicamente existia no país — tratava-se de abolir o corporativismo — e, para tanto, caberia à nação decidir da viabilidade ou não de uma possível alteração da constituição vigente. Uma constituição que constitui para o chefe da oposição "um amontoado hipócrita de afirmações contraditórias, destinadas a desorientar e a iludir a opinião pública, encobrando o carácter absolutista do regime a que serve de quadro"(21). Uma constituição que permitia dar uma aparência de democraticidade, mas que servia de capa a um verdadeiro absolutismo ditatorial. Assim sendo, caso o país o quisesse — para a oposição havia a certeza que sim — a constituição em vigor seria então substituída por outra de matriz "puramente" democrática, algo imbuída de uma função catártica e miraculista. Uma substituição efectuada sempre à luz da lei instituída(22).

⁽²⁰⁾ *Mais quatro meses...*, pp. 103-104.

⁽²¹⁾ *Ibidem*, p. 170.

(“) O formalismo legalista nortoneano é devidamente retratado no trecho que passamos de imediato a citar: "Declarei desde o início que tudo faria dentro

2) Uma vez eleito, Norton nomearia um Governo, responsável pelo começo das reformas esboçadas no manifesto à nação, que juntamente com os outros órgãos de soberania — Assembleia Nacional, Tribunais e Presidência da República — procurariam que se fizesse, no mais curto prazo, a eleição inteiramente livre de uma câmara constituinte dotada de plenos poderes para rever a constituição. Desta câmara sairia a consagração da nova "Democracia", pela publicação de uma adequada constituição política que regesse a Segunda República e que fomentasse uma autêntica regeneração nacional à luz da liberdade.

3) Depois de todo este processo, terminaria o mandato de Norton de Matos e novo Presidente seria eleito mediante os termos do novo diploma fundamental.

Perante o que foi dito, podemos concluir que a eventual presidência do candidato oposicionista seria meramente temporária, mantendo-se o tempo necessário para se institucionalizar a nova ordem sócio-política. Uma presidência incutida de uma dinâmica profundamente responsável pela transição da estrutura corporativa para uma de teor republicano demo-liberal.

Resta-nos, por fim, definir e enumerar, com maior precisão, os diferentes grupos de apoio ao movimento nortoneano. O próprio Norton nos dá uma panorâmica da questão: "Também da vossa parte seria natural, como disse, perguntar-me quais são as adesões com que conto? As de todos os portugueses que se opõem ao regime político que há vinte e dois anos principiou a apoderar-se do poder e que hoje o tem inteiramente nas suas mãos: homens de diversas crenças religiosas, monárquicos⁽²³⁾ de vários matizes,

da Constituição em vigor, sem qualquer clandestinidade, à bem clara luz do dia. Esta declaração, com a qual firmei o meu procedimento de Candidato à Presidência da República, de modo algum deixarei de a seguir" (*Os dois primeiros meses...*, p. 53).

⁽²³⁾ No entanto, aproveitamos para salientar que a Causa Monárquica, por intermédio do Prof. Doutor Domingos Fezas Vital, havia decidido dar o seu apoio à candidatura da Situação: "Apesar destas considerações, não pode a Causa Monárquica desconhecer a gravidade dos perigos que ameaçam o Ocidente, nem os seus reflexos na vida portuguesa. Não levantará, por isso nesta altura, dificuldades à acção dos homens que, perante a Nação e perante a História, têm tomado, com galhardia o efectivo encargo dos destinos da Grei.

republicanos de diversos partidos, conservadores, liberais, socialistas e os mais recentes na nossa vida política — os comunistas"⁽²⁴⁾.

Tratava-se, pois, de urna candidatura globalizante e abrangente, marcada por urna enorme pluralidade de correntes ideológicas. Mas qual seria aquela que determinava o pensamento, as reclamações e o projecto político do candidato da oposição? Desde já, podemos sustentar, com base nos escritos de Norton de Matos — sem descurar toda a sua actividade político-partidária durante a Primeira República —, que o líder da oposição assumia publicamente a sua costela de republicano e de parlamentarista: "Não sou monárquico e dentro da República, a qual fielmente tenho servido, não sou conservador, nem socialista, nem comunista"⁽²⁵⁾. Um republicano contrário à chamada política conservadora na medida em que o progresso e a civilização da maior parte dos territorios da nação — especialmente os do Ultramar — implicavam "processos mais rasgados, menos agarrados ao passado do que aqueles que caracterizavam os conservadores de todo o mundo"⁽²⁶⁾. Não era socialista porque a realidade portuguesa de país

A tanto a obriga o patriotismo que efectivamente a ñor teja. Dentro deste pensamento, a Causa Monárquica — sem prejuízo da atitude que venha a impor-lhe a salvaguarda dos Principios que constituem a razão da sua existencia como Causa Nacional, se o problema político não for colocado de modo a poder ser resolvido conforme a experiência e os ensinamentos da Historia exigem — toma público que dá o seu assentimento à intervenção eleitoral dos monárquicos em favor de sua Ex.^a o sr. Marechal Carmona" (*O Século*, 7 Jan. 1949, ou o *Diário da Manhã* do mesmo dia). Estamos, pois, perante um grupo de monárquicos colaboracionistas do regime salazarista. Colaboram, dizem eles, devido essencialmente ao perigo da "russificação" do ocidente e do subsequente expansionismo da doutrina bolchevique. Acabam, em suma, por considerar que a candidatura de Norton de Matos estava imbuída de intenções comunistas. Resta saber se, na verdade, tal posição assumida pela Causa Monárquica não resultaria da esperança de que o Salazarismo poderia submeter o regime a uma reforma institucional, adaptando justamente o sistema monárquico? Paralelamente, até que ponto os interesses particulares de alguns monárquicos não estariam em jogo, tais como a sua participação e influência em múltiplas instituições do Estado Novo?

⁽²⁴⁾ *Os dois primeiros meses...*, p. 36.

⁽²⁵⁾ *Ibidem*, p. 34.

⁽²⁶⁾ *Ibidem*.

maioritariamente rural, em que predominava a pequena propriedade agrícola e onde o processo de industrialização era recente, não permitia que o socialismo criasse uma tradição, nem raízes históricas duradouras. Daí, que não houvesse — segundo ele — em Portugal "correntes políticas socialistas fortemente organizadas"⁽²⁷⁾. Quanto ao comunismo declarava ser uma corrente ideológica que tardiamente chegou de forma a não poder influenciar a sua formação política: "[...] muito há nele que não compreendo, e a não ser a ânsia de expansão que vem de um passado longínquo, à procura de terras menos bravias e de possibilidades de vida mais suave, o resto está constituindo a intranquilidade, o receio e o desassocego que resultam da incompreensão"⁽²⁸⁾. Finalmente, reconhecia-se, pela positiva, como um "leader liberal": "O liberalismo, como oposto ao absolutismo, é um somatório de ideias que me atraí desde a minha mocidade..."⁽²⁹⁾.

Estamos agora, depois desta breve abordagem sobre a formação ideológica do candidato da oposição, em melhores condições para compreender o tipo de regime que esse mesmo candidato pretendia edificar, em detrimento do Estado Novo.

A Segunda República e a Unidade Nacional

Vamos de seguida procurar caracterizar o projecto nortoneano e a sua respectiva organicidade, tendo por fio condutor a realidade histórica de 1949, assim como a dualidade de regimes em jogo — existencialmente antinómicos na sua forma de encarar o passado, o presente e o futuro.

^{f27)} *Ibidem*, p. 35. Vide ainda sobre o assunto, Norton de Matos, *Memórias e trabalhos da minha vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, vol. 1, 1944, p. 72.

^{f28)} *Os dois primeiros meses...*, p. 35. É interessante constatar que, poucos anos depois, num discurso proferido em 1953, na cidade de Aveiro, Norton apresentou uma teoria política algo curiosa, mas não inteiramente genuína, cuja funcionalidade consiste em comparar o fascismo e o comunismo, demonstrando a existência entre ambos de elementos similares, tais como: a ditadura, a repressão, a censura, a falta de liberdade, o antiparlamentarismo etc... Considerou igualmente como sendo muito semelhantes as instituições suporte de ambos os regimes, como é o caso do partido único e também da polícia política — vide *Conferência do General Norton de Matos feita em Agosto de 1953...*, 1974.

^{f29)} *Os dois primeiros meses...*, p. 35.

O projecto enunciado por Norton de Matos de implantar uma Segunda República não constituía uma posição meramente retrógrada, saudosista e revivalista pelos tempos passados do 5 de Outubro de 1910. É verdade que o projecto detinha por supremo arquétipo o regime da Primeira República, no entanto pretendia ser muito mais inovador do que seria à primeira vista de supor. Tratava-se, sim, de elaborar um "Novo Estado" que estivesse em perfeita sintonia com a nova ordem internacional saída do pós-guerra e que correspondesse aos anseios maioritariamente democráticos do povo português. Para tal, recusava-se um regresso ao passado do "Estado Velho" e a uma permanência no presente estadonovista. É esta a conclusão que podemos retirar das palavras do oposicionista Gracio Ramos: "'Águas passadas não movem moinhos', diz o Povo, e muito acertadamente. Pois se as águas já passaram, como poderiam elas tornar a mover moinhos? Parafraseando a imagem direi: como poderiam os tempos que vão correndo — tão estruturalmente diversos dos tempos que vão correndo — compadecer com um passado sepultado à profundidade de mais de vinte anos". Mais adiante acrescenta: "Aguardemos, serenamente, o decorrer dos acontecimentos. E, se bem o quisermos, assim iniciaremos, de facto, os preliminares de um Novo Estado"⁽³⁰⁾.

Esta posição resultava justamente do facto do Estado Novo ser visto como um anacronismo sócio-político, condenado mais tarde ou mais cedo a ser derrubado — visão marcadamente determinista — uma vez que funcionava como antinomia da tendência internacional que quase unánimemente havia reprovado e abandonado todo o tipo de governos fascizantes. Com efeito, para muitos contestatários da Situação o fim do Salazarismo estaria para breve, talvez logo após o acto eleitoral de 13 de Fevereiro. Mas o Estado Novo era igualmente conotado de ser o pior inimigo da democracia. Um Estado-Polícia reaccionário, inspirado em princípios básicos de antipluralismo partidário e de antiparlamentarismo democrático. Segundo o próprio Norton de Matos a praxis política situacionista — de repressão social e de cerceamento das liberdades fundamentais dos cidadãos — poderia acarretar uma subversão do carácter e das virtuosidades do povo

português, alterando-lhe a sua matriz nacional⁽³¹⁾. Mas Norton elaborou uma crítica mais acérrima ao defender que a permanência em Portugal de instituições fascistas poderia originar a própria perda da independência nacional⁽³²⁾.

Assim sendo, as eleições de 1949 anunciavam um problema de sobrevivência e de unidade da nação portuguesa, tendo em conta o conteúdo inerente aos discursos políticos da oposição, mas igualmente da Situação como havemos de constatar posteriormente. Daí, toda a preocupação em consolidar no solo português um regime que pudesse assegurar a independência, a unidade nacional, a ordem interna, o prestígio internacional e o progresso sócio-económico. A solução defendida pela oposição seria, como já foi dito, a democracia, mediante a substituição do Estado corporativo por uma Segunda República parlamentarista e partidocrática⁽³³⁾. Uma Segunda República tolerante, que permitiria

(31) "Com tudo isto, acrescentado pelo regime de Censura, e pela acção terrorista da Polícia Política, não se faz mais do que deseducar, com projecção futura imprevisível, a grande massa popular; com isto, o que se consegue é: matar aos poucos as virtudes do povo português" (*Mais quatro meses...*, p. 154).

ⁱ³²⁾ "Acabo de apontar desejos e aspirações fundamentais [refere-se às liberdades fundamentais do cidadão e de uma nação] do povo a que pertencço, de mostrar a existência de instituições e regimes políticos que estão impedindo a realização desses desejos e aspirações e que a dominar em Portugal, o conduzirão fatalmente à perda da sua existência como Nação" (*Ibidem*, pp. 105-106).

(33) Seria errado pensar que a oposição pretendia destruir na íntegra toda a obra efectuada pelo regime salazarista durante aqueles primeiros 22 anos de poder. Como sustentava Norton de Matos: "A obra do povo foi neste período, cujo regime político combato e combaterei com a maior energia, a continuação da sua obra passada, de trabalho, de tenacidade, de progresso constante. Ela será continuada pelo mesmo povo, com o mesmo vigor, mas com mais alma e com a alegria de viver que nos passados vinte e dois anos não teve. O que se quer fazer desaparecer é a dor que a falta de Liberdade e o desaparecimento das tradicionais instituições liberais, democráticas e parlamentares produzem entre nós; é a intranquilidade e o vexame do medo que se estão a enraizar no nosso paiz. O que se fez de bom, de sólido e de real no quarto de século decorrido ninguém o destruirá" (*Os dois primeiros meses...*, pp. 60-61). Assim, a tentativa de golpe de estado constitucional não detinha, em si, um objectivo de total subversão para com a realidade do Estado Novo. Tratava-se sobretudo de dar mais ênfase e alegria ao progresso que o povo vinha realizando, mas, para tal, urgia regressar às instituições demo-liberais.

o pluralismo cultural e de opinião — ao invés da "monotonia" salazarista.

Como seria então a orgânica salvífica desse novo regime? Para responder a esta pergunta, vamos explicitar o conjunto de características idealizadas por Norton no respectivo manifesto⁽³⁴⁾ oposicionista, que pretendia funcionar como plataforma da candidatura e da futura constituição política da Segunda República, e nos discursos pronunciados durante a campanha. De facto, o novo regime nortoneano obedeceria aos dogmas democráticos que seriam, na sua essência e *grosso modo*, os mesmos que norteavam, em sentido geral, o republicanismo português do século XIX e inícios do século XX. Dogmas que representavam positivamente os direitos individuais e fundamentais do cidadão, enquanto base de toda a comunidade humana, assim como os interesses específicos da média burguesia, tradicional base social de apoio do republicanismo. Diz-nos o candidato: "[...] não poderá existir nessa Segunda República nada de totalitário, de nazista e de fascista, de anti-democrático, de contrário aos direitos fundamentais do homem, da falta de respeito à pessoa humana, de exploração do homem pelo homem, de apagamento do indivíduo, quero dizer duma entidade real portadora de direitos e deveres, o cidadão, como unidade fundamental de todas as colectividades humanas e cujos atributos inamovíveis são, entre outros, os direitos à vida e à existência, à liberdade pessoal, ao trabalho (com o dever correlativo), à residência, à inviolabilidade do domínio, ao sigilo de correspondência, à propriedade pessoal, ao acesso a qualquer profissão, à instrução, à cultura, à personalidade, à assistência médica e à segurança social, à petição aos poderes públicos, à resistência perante a opressão e a tirania"⁽³⁵⁾.

Com efeito, destas afirmações podemos constatar que existia incontestavelmente uma íntima analogia entre o programa nortoneano e os "Direitos Universais do Homem", consignados pela ONU, bem como uma messiânica aspiração de ressuscitar o velho espírito demo-liberal de cidadania político-sociológica. Mas

⁽³⁴⁾ Ler o manifesto eleitoral no livro *Os dois primeiros meses...*, pp. 75-87.

⁽³⁵⁾ Norton de Matos, "Discurso pronunciado pelo Sr. General Norton de Matos perante a multidão reunida no Porto em 23 de Janeiro", *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1101, 5 Fev. 1949, p. 37.

passemos de seguida a uma abordagem, ainda que sintética, de mais alguns aspectos característicos do "reformismo revolucionário" oposicionista e do seu criticismo anti-salazarista.

No domínio do político-social o projecto regenerador e revivalista nortoneano preconizava o regresso às liberdades fundamentais do cidadão — abolindo-se a censura, os campos de concentração, bem como atribuindo-se uma amnistia aos presos políticos — e à formação de partidos. Em suma, condenava-se o regime de partido único — a União Nacional — pela sua personalidade antidemocrática e pretendia-se o regresso à partidocracia parlamentar com base no sufrágio universal. Por outras palavras, para um republicano como Norton de Matos, o partido único cristalizava em si uma fase histórica menos progressista e racional. António Sérgio foi mesmo mais longe ao escrever: "O espírito partidista do partido único deforma sempre, pela sua própria índole, a visão dos problemas governativos, por isso que sacrifica a veracidade íntima, a honestidade mental, a dignidade das pessoas — a uma ordem aparente e puramente externa, guiando-se para a feitura das suas obras, não pelas necessidades profundas do povo, mas sim pelas conveniências de propaganda política"⁽³⁶⁾. Tratava-se de fazer uso dos mesmos argumentos que o Estado Novo utilizava em relação ao pluripartidarismo, mas aplicando-os ao regime salazarista.

No âmbito do económico destacava-se a profunda dimensão anticorporativista do discurso oposicionista. Como afirma Norton de Matos: "[...] a organização corporativa é excessivamente dispendiosa"⁽³⁷⁾, sendo caracterizada por um conjunto de vícios constitucionais e por um excesso de burocracia.

De facto, o corporativismo, na sua dimensão economicista, apresentava-se como um sistema intermédio entre o liberalismo e o socialismo, pretendendo disciplinar as forças económicas sem que para tal tivesse que destruir a iniciativa privada. Porém, o corporativismo afirmava-se com fins globalizantes, atingindo o domínio político, social e, como já foi dito, o económico. Com efeito, visava substituir o regime pluripartidário por um regime de unidade nacional que permitisse uma efectiva melhoria das

³⁶⁾ *República*, 9 Jan. 1949

³⁷⁾ *Mais quatro meses...*, p. 158.

condições de vida, evitando as lutas de classes mediante uma política interclassista de colaboração orgânica entre os vários grupos sociais. Em resumo, como escreve Victor Santos no seu manual de Organização Política e Administração da Nação: "O corporativismo pode dizer-se é uma revivescência medieval; é a renovação da organização dessa época, das corporações militares, irmandades e confrarias, Universidades de mestres e estudantes, representados nos Concelhos, com Câmaras Profissionais como a Casa dos Vinte e Quatro"⁽³⁸⁾.

A principal crítica efectuada pela oposição ao regime corporativo provém justamente da demonstração de que tal regime "seria inadapável ao sentir e modo de ser do Povo Português, que somente o tolera imposto pela força"⁽³⁹⁾. Um regime considerado como sendo provocador de graves cisões no seio da sociedade portuguesa, uma vez que tendencialmente procurava privilegiar o alto capital mediante a constituição de monopólios económicos e da subordinação do país ao capitalismo estrangeiro. Uma política económica que ocasionava um processo de hierarquização social que distinguia dois grandes grupos: o dos ricos e o dos pobres — criando, de facto, uma antinomia entre um Portugal dos ricos e um Portugal dos pobres, fruto do processo neodarwinista "da concentração de riqueza e eliminação dos mais fracos e dos não favorecidos da política de abastecimentos"⁽⁴⁰⁾. Assim sendo, existiria, no âmbito do económico, uma falsa unidade nacional.

Mas perante tal situação qual seria a resposta a ser dada? A solução apontada — de cariz algo socializante — pelo movimento contestatário ao regime preconizava a "conversão da organização corporativa numa organização de cooperativas independentes ou federadas, em que o Estado interveria apenas como orientador e fiscalizador"⁽⁴¹⁾. Tratava-se de desenvolver um movimento * 3

P) Victor Santos, *Programa de Organização Política e Administrativa da Nação*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Portugal, 1949, p. 34.

⁽³⁹⁾ António Augusto Durães, *Angola e o General Norton de Matos (subsídios para a História e para uma Biografia)*, 1ª ed., Melgaço, 1976, p. 53.

⁽⁴⁰⁾ Norton de Matos, *A "Frente Anti-Fascist a" da candidatura de Norton de Matos em 1949* ("Tara onde nos leva a política económica do Governo", texto elaborado pelos Serviços Centrais da candidatura do general Norton de Matos), Introdução de Pedro Silva, Lisboa, 1976, p. 134.

⁽⁴¹⁾ *Mais quatro meses...*, p. 160.

cooperativo de produção e distribuição que o governo salazarista atacava de forma sistemática e desde sempre. Surgiria, assim, uma Federação de Cooperativas de Consumo e Produção que colaboraria em pé de igualdade — segundo uma orgânica de economia mista — com os legítimos interesses das unidades do comércio e indústria privadas⁽⁴²⁾. Simultaneamente, e em nome do bem comum, o princípio da nacionalização poderia ser parcialmente aceite em certas áreas. Haveria, também, entre outras medidas, um combate às situações privilegiadas de monopólio e um acérrimo controlo dos grandes investimentos privados mediante um plano nacional de produção. Estaríamos, no fundo, perante uma economia devidamente planificada que não deixaria de procurar fomentar a produção agrícola — havia consciência de que éramos um país maioritariamente agrário — sem deixar de reforçar o processo de industrialização.

Com a nova conjuntura de descolonização do pós-guerra a questão colonial ganhou novos contornos de forma a determinar directamente o conteúdo dos discursos políticos da campanha eleitoral, assim como o respectivo debate em torno desta problemática. De facto, a partir da Segunda Guerra Mundial os sentimentos independentistas e as lutas contra o colonialismo ganharam novos defensores e promotores. Decorreram, então, grandes transformações no seio dos impérios coloniais europeus que tendem a se desmembrar. Concomitantemente, verificou-se um aumento da influência dos Estados Unidos e da URSS à escala planetária, suscitando receios nas potências coloniais mais frágeis — como era o caso de Portugal. Ora, o império colonial português não deixou de sentir pressões internacionais de forma que, pouco depois da independência da Índia, surgisse mesmo uma campanha de imprensa que reivindicasse Goa, Damão e Diu⁽⁴³⁾. O governo salazarista, a oposição e a opinião pública portuguesa defrontam-se, então, vivamente com o problema da perda da integridade nacional. Por isso, ligando tal conjuntura com o espírito português do "Quinto império", com a sua missão histórico-messiânica de colonizar e civilizar, bem como com a necessidade permanente das

^{f42)} Vide sobre o assunto A "Frente Anti-Ƴascista" pp. 151-159.

⁽⁴³⁾ Vide Franco Nogueira, *Salazar*, vol. IV, Coimbra, Atlântida Editora, 1980, p. 103.

colónias para afirmar o bom nome e a autonomia de Portugal, poderemos compreender melhor todo o teor do discurso político efectuado em 1949, acerca desta questão. O próprio Norton de Matos — antigo Governador-Geral e Alto Comissário em Angola — numa representação dirigida ao Presidente da República, afirmava o seguinte: "Por esta razão me limito a apontar a preocupação que me domina, e que para o povo português está sendo motivo da maior ansiedade. Refiro-me à parte de Portugal constituída pelos Territórios do Ultramar, que projectos impensados se propõem atirar para um conjunto internacional, onde correriam o risco de serem absorvidos, partilhados e postos fora da independente administração portuguesa, caminhando-se assim para o desaparecimento total da Nação que somente se poderá manter graças aquelas terras de além-mar"⁴⁴).

Palavras deveras elucidativas e sintomáticas da importância atribuída pela oposição e pelo seu líder ao Ultramar — como não podia deixar de ser para um republicano cuja ideologia detém rasgos de nacionalismo e de colonialismo —, na medida em que a perda das colónias poderia acarretar o fim de Portugal.

Daí, podermos concluir que em 1949 estaria em jogo a escolha do regime político que melhor pudesse assegurar e consolidar a unidade nacional e a integridade absoluta do património "imperial" português. Um regime ao qual caberia também velar pela realização da missão histórica de Portugal, que consistia, como vimos, em civilizar os povos "menos evoluídos". A solução apontada pela oposição era a tão falada Segunda República, devendo-se em primeiro lugar "levar a cabo a Unidade Nacional,

(^u) *Mais quatro meses...*, p. 71. Para Franco Nogueira, em matéria de política colonial, a posição assumida por Norton de Matos não difere muito da de Salazar (*vide* a obra do autor já anteriormente citada). Quanto à importância das colónias, Armando Cortesão representa devidamente o reforço das preocupações portuguesas, no pós-guerra, ao escrever em 1946: "O aspecto internacional da presente política colonial tem para nós, Portugueses, interesse máximo. A questão das nossas colónias é por assim dizer tão importante como a da própria independência, e de resto as duas estão mais intimamente ligadas do que à primeira vista possa parecer; não é por mero capricho que às nossas colónias se tem chamado províncias ultramarinas. Se não fosse uma grande potência colonial, Portugal pouco mais seria que um pequeno país ibérico" (Armando Cortesão, *Cartas de Londres*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1974, p. 377).

concebida aliás, desde a primeira hora das descobertas dos nossos antepassados¹⁴⁵). Uma Unidade Nacional "tridimensional" que para Norton de Matos implicaria:

- Unidade territorial: devendo-se agir como se fosse um território único e contínuo, de forma a tornar menos sensível as distâncias que separavam as várias partes da nação.
- Unidade económica: aproveitando-se a totalidade dos esforços da nação, quer materiais, quer espirituais, de forma que todas as medidas de progresso aplicadas a um determinado espaço do território não pudessem, de modo algum, lesar as restantes partes. Em suma, seria o "tudo para todos".
- Unidade de acção: sendo esta indispensável para a realização das componentes anteriores, cabendo ao Estado orientar essa mesma unidade de acção através dos poderes constitucionais — seria criado um Alto Conselho Nacional, orientador, propulsor e fiscalizador, onde estariam representados todos os territórios, sendo presidido pelo chefe do governo.

Por tudo isto, à valorização das colónias dar-se-ia o nome de valorização da nação, deixando de haver política colonial e passando somente a existir uma política una e nacional. Aliás, como escreve Norton de Matos: "A Nação é uma só, formada por territórios situados na Europa e por outros em continentes diversos, províncias portuguesas d'aquém e de além-mar, que assim chamaram os nossos maiores"⁽⁴⁶⁾. Mais adiante acrescenta: "Realizar a Unidade Nacional e consolidá-la são os primeiros deveres da República"⁽⁴⁷⁾. Assim sendo, Norton considerava imperioso abolir o 'Acto Colonial' e a constituição política de 1933 a fim de assegurar a perenidade da independência portuguesa: "Por sua vez o 'Acto Colonial' é inteiramente contrário à política de Unidade que o Manifesto preconiza. Nele se volta, quebrando todas as nossas tradições históricas, ao nome de 'colónias' em vez de 'províncias', e nele se divide, com a mais desastrosa e infeliz medida * 1

^{f45)} *Os dois primeiros meses...*, p. 79.

¹⁴⁶⁾ *Ibidem*, p. 79.

¹⁴⁷⁾ *Ibidem*, p. 80.

do regime actual, a Nação em duas partes: — Portugal de um lado e o seu Império Colonial de outro. Têm sido enormes os inconvenientes de ordem nacional, política e económica, que desta inepta quebra de Unidade tem resultado"⁽⁴⁸⁾.

Uma abolição do Acto Colonial que daria lugar a uma Federação Democrática e Constitucional que obedeceria ao restabelecimento das autonomias administrativas e financeiras de cada Província Ultramarina, bem como a uma supressão radical das pautas aduaneiras. Uma Federação que conheceria no seu cerne uma transformação radical dos processos de colonização, na medida em que os indígenas integrados na Nação Una gozariam de uma completa igualdade em relação aos habitantes brancos, consequência natural do processo de democratização da vida colonial. Em suma, um projecto de Nação Una que não deixaria de ser algo revolucionário: "Será, por certo, muito trabalhosa a reforma a fazer, a transformação a realizar para estabelecer a Nação Una em Portugal. Julga-se que a primeira Constituição Política a publicar depois do desaparecimento do regime actual, deverá já conter os princípios fundamentais desta transformação, quase "revolução nacional"⁽⁴⁹⁾.

O *Estado Novo* e as Eleições

O "mito" da *partido cr* acia parlamentar

De uma forma geral, podemos discernir no seio do Estado Novo a elaboração de um vasto e complexo processo de instrumentalização das eleições ao serviço de uma dualidade de finalidades que se interpenetravam. Com efeito, se por um lado as eleições serviriam para legitimar no exterior e internamente a representação monística estadonovista, dando-lhe funcionalmente uma aparência de democraticidade ⁽⁵⁰⁾, por outro lado, permitiriam

⁽⁴⁸⁾ *Mais quatro meses...*, p. 166.

Ibidem, p. 167.

O Esta tendência era perfeitamente conhecida pela oposição como o testemunha o oposicionista José Bacelar: "Uma das características mais curiosas dos regimes totalitários está na sua preocupação constante de se disfarçarem — em democracias" (*República*, 7 Jan. 1949).

um registo da real influência das oposições clandestinas e o seu respectivo controlo por parte do aparelho de Estado⁽⁵¹⁾.

Para conseguir estes objectivos atribuía-se à oposição um estatuto de legalidade ou de semi-legalidade, pelo menos durante a ocorrência do acto eleitoral. Segundo Marcelo Caetano existiria uma intenção de tolerar uma oposição colaboracionista, desde que não fosse comunista⁽⁵²⁾. Acreditava-se mesmo que tal tolerância seria uma necessidade intrínseca ao evolucionismo progressivo do regime. Porém, a intromissão dos comunistas no seio da oposição e o projecto de golpe constitucional contra o Estado Novo, levou a Situação a falsear as eleições — eliminando os oposicionistas das listas de recenseamento eleitoral — e a utilizar um conjunto de instrumentos repressivos como a "censura" e a "Polícia Política", típicos dos regimes autoritários. Tratava-se, em suma, de repetir os acontecimentos de 1945.

Relativamente ao teor do discurso político-ideológico, a Situação pretendeu, desde cedo, demonstrar a inviabilidade da política de partidos, o antinacionalismo comunista e, por fim, procurou salientar que a única via possível de progresso seria o de dar continuidade e perenidade à "Revolução Nacional". Tratava-se estrategicamente de afastar o chamado perigo demo-comunista. Por isso, o discurso político-ideológico salazarista começou por salientar, com base na experiência histórica — sempre tendo por modelo de fracasso da democracia a Primeira República —, que a política de partidos tinha falido: "[...] a forma partidária faliu, e de tal modo apregoá-la como solução para o problema político português não oferece o mínimo de base experimental que permita admiti-la à discussão"⁽⁵³⁾. Faliu porque não existiu uma relação de compatibilidade entre a política dos partidos e a política nacional. Porquê? Segundo o testemunho do Prof. Doutor Mário de Figueiredo os partidos políticos mais não faziam do que provocar a coincidência do interesse nacional com o seu próprio interesse: "Esses partidos são, pode afirmar-se, um produto da concepção individualista do Estado; constituem-se para a conquista do poder

⁽⁵¹⁾ Vide Manuel Braga da Cruz, *art. cit.*, p. 706.

⁽⁵²⁾ Vide Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 1977; p. 247.

⁽⁵³⁾ *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, p. 361.

e utilizam como instrumento de propaganda o seu programa. Se são um produto da concepção individualista do Estado, fazem coincidir, na hipótese mais favorável, o interesse nacional com o seu próprio interesse. Isto é confundem o interesse nacional com os interesses de uma clientela"⁽⁵⁴⁾. Assim sendo, os partidos teriam por necessidade alimentar essas clientelas — e os caciques — indispensáveis para tomar e manter o poder, podendo por esta via originar situações de luta permanente, de desordem e de guerra civil. Concomitantemente, essa desordem impossibilitaria um governo estável de governar e de desenvolver o país. Mas Mário de Figueiredo traça críticas ainda mais mordazes quando sustenta que os "partidos são um produto da concepção individualista do Estado em que se nega a autonomia da Nação, relativamente aos indivíduos que a formam. Na lógica deste conceito está a negação do interesse nacional, como interesse diferenciado"⁽⁵⁵⁾. Daí os partidos serem considerados por natureza instituições antinacionais.

Porém, o discurso salazarista via igualmente na democracia um despotismo do número e da quantidade. Um despotismo que secundarizava largamente o papel da qualidade⁽⁵⁶⁾. Tanto mais que os ideólogos do regime consideravam que os portugueses eram ainda um povo pouco culto que necessitava de ser governado não por uma maioria inculta, mas por uma minoria "iluminada", esclarecida, dotada de reais capacidades de governo e de gestão. Uma suprema inteligência elitista e carismática que fosse capaz de

^(M) *O Século*, 8 Jan. 1949, ou o *Diário da Manhã* do mesmo dia. Aproveitamos igualmente para realçar que, sobre a questão da partidocracia, Salazar apresentava uma posição análoga, afirmando: "O espírito de partido corrompe ou desvirtua o poder, deforma a visão dos problemas de governo, sacrifica a ordem natural das soluções, sobrepõe-se ao interesse nacional, dificulta, senão impede completamente, a utilização dos valores nacionais para o bem comum" (*ob. cit.*, vol. IV, p. 361).

⁽⁵⁵⁾ *O Século*, 8 Jan. 1949.

^(a) Costa Brochado exemplifica tal constatação ao escrever, sobre a República de 1910, as seguintes palavras: "Mas o regime que o sr. Norton de Matos defende foi, em Portugal, consoante já vimos, o clima ideal dos nulos e corruptos, porque a sua natureza sacrificava a qualidade à quantidade" (Costa Brochado, *O sr. Norton de Matos e a sua candidatura*, 6ª ed., Lisboa, Portugalíia Editora, 1948, p. 191).

personificar o poder, delimitando legalmente o grupo dos governantes e a massa convertida dos governados. Uma elite chefiada politicamente por um "super-homem".

Em suma, a partidocracia parlamentar era considerada um sistema político retrógrado que, em si, pressupunha a divisão e a desunião nacional. A própria oposição, em 1949, era encarada pelo regime como sendo heterogénea, como um manancial caótico de múltiplos partidos políticos. Com efeito, para os apoiantes do Estado Novo a solução proposta pelo movimento oposicionista de edificar uma Segunda República, tendo por modelo a "anárquica" experiência de 1910, constituía simplesmente um mito⁽⁵⁷⁾. Constituía mesmo, segundo eles, um retrocesso desastroso no processo histórico da nação. Por outras palavras, o passado liberal e republicano de lutas internas, de permanentes conflitos partidários e de desordem nas ruas era deliberadamente rejeitado. Para os ideólogos do regime a democracia pluralista não poderia trazer, como pretendia Norton de Matos, qualquer esperança de verdadeira unidade nacional. Segundo eles a partidocracia demoliberal, simbolizada por Norton, funcionaria como um regime anárquico que poderia acarretar uma guerra civil e o próprio fim da nacionalidades⁸⁾, tanto mais que permitiria a legalização e a organização dos partidos comunistas de índole intemacionalista — aliás, os regimes democráticos foram mesmo condenados por funcionarem, de certa forma, como condições necessárias para que o comunismo pudesse chegar ao poder.

Por tudo isto, e uma vez que o Estado Novo era visto como um regime de "cura" que surgiu por necessidade histórica dos males do "Estado Velho" a fim de promover o ressurgimento da nação e da sua unicidade orgânica, os "nacionalistas" situacionistas não poderiam deixar de contestar a partidocracia parlamentar e a chamada Segunda República. Uma Segunda República que seria,

(57) Tito Arantes, num discurso pró-salazarista pronunciado na sessão de Viseu, no dia 1 de Fevereiro de 1949, denunciava: "Não me espantaria que o chefe da Oposição passasse à História conhecido como o General Norton de Mitos" (Tito Arantes, *Como se respeitou a constituição de 1911*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1949, p. 14, ou o *Diário da Manhã*, 3 Fev. 1949).

(M) "E, se por absurdo fosse eleito, o futuro havia de conhecê-lo não por Norton, mas por Morte. Na verdade, ele simboliza a morte da Pátria..." (Jorge Vemex, *Oposição Democracia Bancarrota*, Braga, Edições Alvorada, 1949, p. 55).

quanto a eles, uma cópia do regime de 1910, transportando os mesmos erros e os mesmos mitos. Erros e mitos que a "Revolução Nacional" tinha procurado reparar ao longo dos 22 anos de poder estável. Assim sendo, o Estado Novo apresentava-se como o regime nacional que conseguiu miraculosamente suplantar a crise e dar corpo aos múltiplos sonhos do regime de 1910⁽⁵⁹⁾.

Relativamente às liberdades cívicas qual seria então a posição assumida pelo regime? A resposta constitui em si um "paradoxo" e resume-se a uma escolha entre o passado e o presente. De facto, os defensores do Estado corporativo procuravam demonstrar que havia mais liberdade e tolerância durante o governo salazarista do que em 1910. Fundamentavam-se no princípio de que sem ordem não há respeito pela lei e pela liberdade dos outros. Afirmavam mesmo que o regime da Primeira República teria funcionado como uma verdadeira ditadura: "Como se vê, se formos a atender ao que de facto se passava durante a 'I^a. República', teremos de concluir que então, sim, havia uma Ditadura, porque os preceitos da Constituição de 1911 eram apenas rótulos para inglês ver"⁽⁶⁰⁾. Mas foram mesmo mais longe, afirmando-se como os verdadeiros democratas⁽⁶¹⁾ e liberais⁽⁶²⁾. Consideravam-se como os autênticos

í⁵⁹⁾ "O povo lembra-se que aquilo que os propagandistas de 1910 lhe prometeram só lhe veio a ser dado depois de 1926" (Tito Arantes, *ob. dt.*, p. 7).

(*c) Tito Arantes, *ibidem*, p. 6

⁽⁶¹⁾ Acerca deste aspecto, não podemos deixar de citar algumas palavras de António Ferro: "Salazar, por exemplo, não defende a democracia tal como a entende a oposição, pode manifestar-se até, filosoficamente, contra a sua essência, mas é, afinal, um verdadeiro democrata na acepção de amigo do povo e realizador das suas aspirações; um homem que não se envergonha de conversar familiarmente de igual para igual, naturalmente e não para se exibir" (*O Século*, 8 Fev. 1949, ou o *Diário da Manhã*, 7 Fev. 1949). Recordamos que já em 1945 Salazar havia dito: "Eu não quero forçar conclusões, mas se a democracia pode ter, além do seu significado político, significado e alcance social, então os verdadeiros democratas somos nós" (Oliveira Salazar, *Portugal e a Paz*, Lisboa, Edição do Secretariado Nacional da Informação, 1945, p. 24).

^(a) "Em homenagem às liberdades essenciais que, acima de tudo, prezamos, e devemos defender, é necessário que, tal como a liberdade económica, a liberdade política sofra as limitações exigidas, pelo princípio de justiça que quer que a todos sejam assegurados pacificamente os bens primários da vida. Eis como, meus senhores, nós somos, afinal os verdadeiros liberais. Por mim só aceito as restrições á liberdade para salvar a própria liberdade" (Palavras de Marcelo Caetano retiradas do *Diário da Manhã* de 10 Jan. 1949).

defensores da liberdade — liberdade essa que para Salazar "não se mede pelos textos, mas pelos costumes" —, limitando essa mesma liberdade a fim de que todos possam tirar proveito dela. Justificavam, em parte, essa restrição com base no carácter do povo português e no perigo da anarquia: "Não há povo mais indisciplinado, nem rebelde, nem com espírito crítico mais aguçado do que o português. Permitir que todos digam e façam livremente o que quiserem — não é instituir um regime de liberdade: é estabelecer a anarquia, e impedir que cada um possa exercer os seus direitos fundamentais"⁶³).

De facto, o regime era detentor de uma doutrina fascista *sui generis* onde o homem — e a sua vida — era encarado não somente como indivíduo isolado, mas sobretudo como realidade sociológica inserida pessoalmente em corpos como a família e a nação, de forma a se realizar quer materialmente quer espiritualmente. Daí, decorria a existência de um Estado onnipotente e anti-individualista onde o indivíduo era essencialmente uma "abstracção".

Por tudo isto, podemos afirmar que para os salazaristas, em 1949, estava em jogo a opção por um regime individualista de instabilidade e retrocesso, personificado por Norton de Matos, ou por um regime de unidade, estabilidade e progresso, representado pelo Marechal Óscar Carmona.

Em suma, poderemos considerar que as eleições presidenciais consistiram num confronto entre o ontem e o hoje, o passado e o presente a fim de se conquistar o futuro. Eleições em que concorreram duas propostas de regimes constitucionais; duas formas de interpretar múltiplos conceitos e de os aplicar.

O anticomunismo estadonovista

Ser ou não ser comunista, eis a questão. Com efeito, o apoio comunista ao movimento nortoneano, juntamente com o agudizar das relações entre o ocidente e o bloco Soviético, funcionaram como coordenadas orientadoras do teor discursivo situacionista. O próprio Salazar, depois de ter afirmado que o regime de partido tinha entrado em falência, procurou demonstrar que em 1949 restavam apenas dois caminhos para o operariado: o corporativismo

⁶³) Tito Arantes, *ob. cit.*, p. 4.

e o comunismo⁽⁶⁴⁾. Constatamos então uma tentativa por parte do regime de explorar ao máximo os acontecimentos do cenário internacional da "Guerra Fria", transportando para o país esse mesmo antagonismo entre o bloco ocidental e o bloco oriental. Para os salazaristas tratava-se de dar às eleições presidenciais uma dimensão cosmopolita e intemacionalista, demonstrando que a oposição seria uma incontestável aliada do imperialismo soviético, porquanto que o regime estadonovista seria um aliado natural do ocidente democrático antibolchevique. O comunismo era, de facto, considerado simultaneamente como um perigo real e imaginário, escondido no seio das hostes oposicionistas.

Norton de Matos — visto pelos simpatizantes do Salazarismo como o Kerenski ou o Bénès português —, perante a estratégia governamental, procurou demonstrar que o apoio comunista era simplesmente tolerado como outro qualquer na medida em que poderia contribuir para a queda do regime. Afirmava-se contra todo o tipo de excomunhão por motivos políticos ou religiosos⁽⁶⁵⁾. Considerava os comunistas como sendo "portugueses" e "patriotas" iguais aos outros. Todavia, achava que o comunismo, enquanto sistema político-ideológico, era incompatível com as tradições históricas do povo português⁽⁶⁶⁾, apresentando na sua fisionomia semelhanças institucionais com o fascismo. Outros oposicionistas, como é o caso de Luís de Almeida Braga, tomavam sobre a questão uma posição mais radical, defendendo que o "comunismo é em Portugal, na sua maior parte, uma criação do Estado Novo"⁽⁶⁷⁾. Segundo o dito pensador os comunistas eram tratados como se não * 1

⁽⁶⁴⁾ "De modo que o operariado não tem diante de si senão duas perspectivas, quero dizer dois caminhos — comunismo e corporativismo" (*Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, p. 369).

⁽⁶⁵⁾ Vide *Os dois primeiros meses...*, pp. 36-37.

⁽⁶⁶⁾ Como liberal, Norton acrescenta — numa clara referência ao comunismo — estar convicto que "a melhor maneira de fazer desaparecer ideologias que não vejo forma de se adaptarem à mentalidade e às tradições históricas do Povo Português, é a liberdade, a ampla discussão dos diversos problemas políticos, económicos e sociais, sempre feita à clara luz do dia, o melhoramento das condições de vida do nosso Povo e o combate à miséria de qualquer espécie" (*Seara Nova*, Lisboa, nº 1101,5 Fev. 1949, p. 35, ou o *Diário de Lisboa*, 23 Jan. 1949).

⁽⁶⁷⁾ *Eleições Presidenciais*, Lisboa, Edições Delfos, s. d., p. 60.

fossem homens com alma igual à dos outros portugueses. Funcionavam como um bode expiatório para legitimar a repressão governamental.

Quanto ao Estado Novo assumiu sistematicamente, perante o problema da expansão comunista, atitudes totalmente antagónicas daquelas que foram admitidas pelos opositoristas. Foi e era contrário a todo o organismo que funcionalmente reunisse os indivíduos em associações que pudessem subsistir fora do Estado. Sintomaticamente, sustentava a unicidade nacional com base em "dogmas" historicistas. Ora, sendo o marxismo por natureza intemacionalista — em detrimento da vertente nacionalista —, definindo os homens por laços económicos, o Estado Novo não poderia deixar na prática de reprimir o comunismo. Aliás, o comunismo era considerado uma doutrina alógena e antinacional que possuía como única pátria a Rússia de Estaline, sendo ideologicamente condenado por defender o princípio da luta de classes. Um princípio que chocava com a política interclassista protagonizada pelo corporativismo. Por outras palavras, poderemos concluir que o comunismo foi, de certa maneira, manipulado, instrumentalizado e orientado pela Situação em função da perenidade salazarista.

Segundo a Situação o povo português teria que optar nas presidenciais entre "Portugal e a Rússia"⁽⁶⁸⁾, "Salazar e Estaline", a paz e a guerra civil. São estas as constatações que podemos retirar das palavras de Luís Pinto Coelho, comissário nacional da Mocidade Portuguesa: "O decurso da presente campanha eleitoral vem mostrando a evidência que a luta está travada adentro das nossas fronteiras entre comunismo e anti-comunismo, entre Império Russo e Portugal ⁽⁶⁹⁾.

^{í68)} *Diário da Manhã*, 26 Jan. 1949. Botelho Moniz possui uma posição semelhante ao afirmar: "Os Srs. da Torre de Babel não querem a 2ª. República — preparam a 2ª. Rússia!" (*vide Campanha Eleitoral*, p. 102 ss., ou o *Diário da Manhã*, 26 Jan. 1949).

⁽⁶⁹⁾ *Diário da Manhã*, 11 Fev. 1949. Sobre as consequências de uma possível vitória opositorista — e do comunismo — diz-nos Jorge Botelho Moniz: "E que significaria isso para nós, Portugueses? Primeiro, a guerra civil com todos os seus horrores. Depois, a devastação estrangeira, ou seja o colapso da nossa independência" (Jorge Botelho Moniz, *ob. cit.*, p. 196).

Por tudo isto, trata-se de uma luta entre "o comunismo e o anticomunismo". O Estado Novo corresponderia ao "Exército Ocidental" e a oposição ao "Exército Russo"⁽⁷⁰⁾. De facto, para os salazaristas o movimento contestatário ao regime assumia uma forma de frente popular⁽⁷¹⁾ comandada pelo PCP que constituía a única força organizada e homogénea da oposição. Um PCP inteiramente visto como um partido "canceroso e alofilo" que apenas servia os desígnios de Moscovo. Os comunistas eram, pois, compreendidos por definição ideológica como elementos não patrióticos que se tornavam aliados de alguns democratas a fim de transformar Portugal num país satélite da URSS. Assim sendo, para a Situação — tal como para a oposição — jogava-se a permanência de Portugal como nação independente e como povo civilizado do bloco ocidental. Mais ainda, para o Salazarismo estavam em jogo os princípios básicos da religiosidade portuguesa. Ser-se "por Deus ou contra Deus". Segundo os apoiantes do Estado Novo o seu regime encontrava-se imbuído de uma mística messiânica e providencialista. Deus — nomeadamente a Virgem Maria — era o protector da Situação. Uma Situação que reencarnava na sua actuação política os preceitos do catolicismo. Ser católico era ser

(TM) Na sessão da União Nacional em Setúbal, o Ministro da Economia, Dr. Castro Fernandes, salientou profundamente o papel das eleições presidenciais no seio desse conflito entre a Europa ocidental e a Europa oriental: "Se a batalha se trava entre a situação e o comunismo, se tudo o mais pertence à paisagem superficial, têm que decidir-se todos aqueles que não enjeitam a sua Pátria e a não querem ver sossobrar definitivamente. Portugal é uma Nação do Ocidente, de um Ocidente que não transige nem transigirá com a monstruosa ideologia que ameaça a paz do Mundo e serve de veículo a um imperialismo que põe o seu fito no domínio universal. Portugal renegaria todo o seu passado histórico, enjeitaria as responsabilidades que ele lhe impõe, se atraísse a causa do Ocidente e se desviasse do fraterno convívio dos povos que resistem ao assalto dos bárbaros" (*O Século*, 25 Jan. 1949).

(⁷¹) Acerca deste assunto não podemos omitir as palavras proferidas pelo Dr. José Baptista, na sessão da Situação em Tomar: "Nós sabemos perfeitamente o que aconteceu nos países em que se fez a trágica experiência desse inconcebível conubio de burgueses e comunistas, tipo 'frente popular' — unidos efémera e precariamente pela finalidade única da conquista do poder. Não foi por outro processo não foi por outra porta, senão essa que lhes abriram os democratas, que os comunistas se apoderaram do governo na Iugoslávia, na Checoslováquia, na Roménia, na Hungria, na Polónia, etc., convertendo estas infelizes nações em colónias soviéticas" (*O Século*, 3 Fev. 1949).

salazarista — e vice-versa. Este catolicismo estadonovista encarava por sua vez o liberalismo como laico ou agnóstico — condenava-se a franco-maçonaria liberal — e o comunismo como ateu. Por tudo isto, para os apoiantes da Situaçãourgia demonstrar que nas eleições estava em jogo toda uma tradição de religiosidade católica paralela e inerente à unidade nacional e à matriz histórica de Portugal⁷²). Para completar e fundamentar aquilo que acabamos de sustentar, não podemos deixar de citar um longo trecho da autoria de Duarte de Montalegre — escrito em Roma a 7 de Fevereiro de 1949 — que, melhor do que ninguém, explicita a questão do "anticomunismo religioso" e do apoio católico ao Salazarismo aquando do acto eleitoral de 1949: "Parece portanto inteiramente esclarecida a posição a tomar pelos católicos portugueses, na actual crise da Nação; não podendo ser oposicionista ao lado do liberalismo laico e do comunismo ateu, não podem, de modo algum, abster-se, porque uma abstenção seria colaboração com o liberalismo laico e com o comunismo ateu. Logo só podem estar com o Governo, que, a despeito de possíveis erros, de fatais erros e aspectos negativos de orientação da comunidade em prol do Bem-Comum — 'não há regimes eternos, não há regimes perfeitos, não há regimes universais' — já realizou uma obra, já prestou serviços inestimáveis á comunidade (quando outros não houvesse, bastaria o da paz, interna e no plano internacional), já deu provas de querer a Igreja em todo o seu prestígio e Deus no fundamento das instituições. O dilema está posto, proclamou há tempos, em desassombrado artigo, no jornal católico *Novidades*: 'Por Deus ou contra Deus'. Os católicos portugueses não hão-de estar contra Deus!"⁽⁷³⁾.

O) "Portugal nasceu à sombra da Igreja e a religião católica foi desde o começo elemento formativo da alma da Nação e traço dominante do carácter do povo português. Nas suas andanças pelo Mundo — a descobrir, a mercadejar, a propagar a fé — impôs-se sem hesitações a conclusão: português, logo católico" (*Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, p. 370).

⁷³) *Diário da Manhã*, 14 Fev. 1949. Lembramos que Duarte de Montalegre era leitor de português na Universidade de Roma. O trecho foi publicado no órgão oficial da União Nacional já depois de decorrido o acto eleitoral. Sobre a importância do "caciquismo clerical" pró-governamental — sobretudo no meio rural — aconselhamos a leitura dos relatórios das reuniões das Comissões da União Nacional, realizadas em todos os distritos em 1949 (*vide* Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, *Eleições no regime fascista*, Lisboa, 1979, p. 13 ss.).

Poderemos, assim, concluir que o anticomunismo salazarista era total, ou seja, todos os aspectos da essência comunista eram perfeitamente condenados e excomungados — havia como que um anticomunismo globalizante, de teor político, ideológico, social, económico, cultural e religioso. Um comunismo que era tido como um produto ideológico perverso e subversivo, que poderia mesmo originar uma transformação do carácter inato do povo português, destruindo simultaneamente toda a obra de regeneração efectuada pelo Estado Novo à luz daquilo que era seleccionado pela sua memória histórica como sendo nacional.

O evolucionismo da "Revolução Nacional"

Perante o perigo de um golpe de estado constitucional o Estado Novo procurou salientar a necessidade histórica da continuidade da "Revolução Nacional". Uma revolução que teria surgido para colmatar a decadência subjacente ao período da monarquia liberal e da Primeira República. Coube a ela — segundo os salazaristas — a missão "miraculista" de "ressuscitar" o país, levantando-o da anarquia e do declínio, restaurando "os genuínos valores da nacionalidade". Daí, sob o símbolo da "inauguração", cria-se o mito redentor do Salazarismo — Salazar como o "obreiro da regeneração" espiritual, moral e material dos portugueses . Falase de uma verdadeira acção miraculista, cujas palavras de Tito Arantes são perfeitamente sintomáticas de tal fenómeno: "E a pouco e pouco, passo a passo, mês a mês, ano a ano, à custa de um trabalho que há 22 anos não conhece um momento de descanso, a Europa primeiro, e o Mundo depois, começaram a dar conta de que um milagre se operara em Portugal"⁽⁷⁴⁾.

Existia mesmo, como vimos, uma convicção de que o regime fora apadrinhado pela divindade. Um regime regenerador e providencialista que, através de um poder estável e de uma autoridade forte, garantia a perpetuidade da independência e da

⁽⁷⁴⁾ Tito Arantes, *ob. cit.*, p. 8. Do mesmo autor podemos citar a seguinte afirmação: "A transformação de Portugal nestes 22 anos, parece um conto de fadas. Dum país aniquilado, falido, desonrado — faz-se de repente, como se houvesse sido tocado por uma varinha mágica de condão, uma Pátria respeitada, feliz, independente, e tão rica quanto lho permitem os seus recursos limitados" (*Idem, ibidem*, p. 9).

unidade nacional. Assim, surge em termos doutrinários uma analogia entre a perenidade da autonomia nacional e a continuidade da "Revolução Nacional". Destruir o Estado Novo seria o mesmo que aniquilar a nação, bem como todo o movimento de progresso "espiritual e material".

Para legitimar a continuidade da revolução, os propagandistas situacionistas levantam o problema de que as "eleições não se limitam a uma escolha entre dois candidatos, mas sim entre dois regimes [...] e entre duas obras"⁽⁷⁵⁾; entre uma obra produzida pelo "Estado Velho" de 1910, onde predominam as "demagogias", e uma obra de efectiva reconstrução, personificada pelo Estado Novo. Escolher a solução da Segunda República seria equivalente a uma regressão, porquanto que optar pela Situação seria uma garantia de progresso e de bem estar à luz da obra já edificada. Daí, se compreende as palavras apoloéticas de Salazar, proferidas no Porto, aquando da Segunda Conferência da União Nacional: "Não. O regime não tem de destruir-se; tem de completar a sua evolução, e a crise actual patenteia a todos essa necessidade. Não tem de admitir ou enxertar na sua estrutura os princípios contrários, mas de desenvolver a aplicação dos próprios. E, não devendo ser precipitada, essa evolução terá de realizar-se sem paragens e sem hesitações"⁽⁷⁶⁾.

Uma evolução que não admite cortes, nem golpes políticos, mas que detém, já em si, os princípios básicos do sucesso que deverão ser paulatinamente desenvolvidos. Um evolucionismo imbuído de um optimismo dialéctico de perfectibilidade institucional. Um regime que ainda não se edificou plenamente e que ainda não atingiu a sua plena maturidade. Mas um regime sem partidos e aberto à colaboração de todos os "verdadeiros" portugueses, independentemente da sua ideologia, de forma que a chamada União Nacional, não partidocrática, pudesse ser uma agremiação ou uma associação cívica — de certa maneira "apolítica" — mais activa, mais dinâmica e com maior poder de colaboração que a tal Unidade Nacional nortoneana. Em suma, uma União Nacional enquanto "conjunto de vontades individuais ao serviço da Nação"⁽⁷⁷⁾.

⁽⁷⁵⁾ *Idem, ibidem*, p. 12.

⁽⁷⁶⁾ *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, pp. 379-380.

⁽⁷⁷⁾ Com efeito, Jorge Botelho Moniz dá-nos uma interessante ideia da

Uma situação que seria a verdadeira e progressiva oposição de si mesma. Uma oposição colaboracionista e perfeitamente legalizada — acima dos interesses partidários. Uma oposição "consciente", inserida dentro do próprio regime e marcada pela obsessão de contribuir na execução prática de um plano de unidade nacional e de progresso⁽⁷⁸⁾. Uma oposição — purificada do

União Nacional: "A adesão à União Nacional ou a sua colaboração com ela não implica, para ninguém, a renegação das suas doutrinas políticas. Precisamente, a melhor demonstração de que a União Nacional não é um partido, mas sim um conjunto de vontades individuais ao serviço da Nação, acha-se no facto dos homens do Estado Novo abstraírem, na realização da sua tarefa patriótica, das mais diversas ideologias, que vão desde o republicanismo liberal, como eu, até ao monárquico integralista. Existem entre nós situacionistas que tendem para o socialismo de Estado, católicos sem filiação política e monárquicos liberais. Felizmente, não temos nem queremos nenhum comunista" (Jorge Botelho Moniz, *ob. cit.*, pp. 156-157). *Vide* ainda sobre esta temática, Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 162 ss.).

ⁱ⁷⁸⁾ O eng. Daniel Vieira Barbosa, antigo Ministro da Economia, dá-nos uma profunda definição do tipo de oposição pretendida pelo regime salazarista: "Sejamos oposicionistas e sigamos, para tal, o sr. dr. Oliveira Salazar". Mais adiante acrescenta: "Como é evidente para todos, não temos o exclusivo da inteligência e do saber, nem somos só nós quem possui a noção do dever que se impõe a quem Governa, ou dos princípios de honestidade e de equilíbrio que se exigem de quem administra; por outro lado fazemos igualmente oposição às paragens ou vagares que prejudiquem o desenvolvimento nacional, como nos opomos, também, a tudo quanto de mal seja consequência do regime, a todo e qualquer erro que apareça por deficiência dos homens ou das soluções que se adoptam. Fazemos oposição para servir melhor, mas não nos servimos dela como manobra política; queremos-la ver comandada, acima das paixões e dos despeitos, pela verdade que interessa abertamente ao País: é uma oposição consciente em que cabem todos quantos queiram trabalhar por Portugal — oposição que tem por Chefe o próprio Presidente do Conselho, quando varre tendências condenáveis de estagnação em que se morre, quando critica soluções ineficientes, dizendo na clareza lapidar da concisão com que fala: queremos mais, queremos melhor! Nesta oposição cabemos todos, e não teríamos, para isso, qualquer necessidade de mudar: temos unicamente de nos saber adaptar um pouco, transigindo em minúcias que não pesem para podermos ser intransigentes nos princípios com que o País se defende; temos de ser maleáveis em tudo quanto se imponha para poder manter, cada vez mais firme, a continuidade e o espírito construtivo da nossa Revolução. Sejamos, meus senhores oposicionistas e sigamos, para tal, o sr. dr. Oliveira Salazar" (*O Século*,

comunismo — que funcionaria como garantia da continuidade do Salazarismo, permitindo simultaneamente o desenvolvimento de uma dialéctica de reconstrução nacional e de renovação das forças vivas do regime. Assim, cria-se a noção de que a "Revolução não é momento, mas Eternidade"⁽⁷⁹⁾ e que o maior problema é fundamentar essa histórica imortalidade⁽⁸⁰⁾.

Conclusão

Seria errado pensar que as eleições presidenciais se resumiram a uma dualidade de *praxis* política. Com efeito, se é certo que, de uma forma generalizada, houve um confronto entre dois tipos antagónicos de regimes político-ideológicos, marcados por uma visão maniqueísta⁽⁸¹⁾, também é verdade que houve forças sociais e políticas que se mantiveram à margem do conflito eleitoral e constitucional — alguns republicanos e integralistas — ou que pouco participaram nele. Daí, torna-se possível visualizar uma multiplicidade de interpretações acerca do significado destas *²¹

11 Fev. 1949. Vide ainda sobre o assunto Daniel Maria Vieira Barbosa, *Política do Presente - Política para o Futuro*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1950, pp. 11-21, e também do mesmo autor, *Carta aberta ao candidato da oposição*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1949). Destas palavras podemos concluir que o Estado salazarista funcionaria como verdadeira oposição de si mesmo.

⁽⁹⁾ Palavras de António Ferro, transcritas no *Diário da Manhã* de 7 Fev. 1949.

^(8°) "piéis a nós próprios e ao que nos devemos, não esquecemos um momento sequer que o problema mais sério de uma Revolução é continuar. E é por este pensamento que nos batemos e terçamos armas, sem temor de ninguém, indiferentes às susceptibilidades seja de quem for, certos de que trilhamos o bom caminho. E nele continuaremos com a mesma firmeza de ânimo, agora e sempre, a bem da Nação" (João M. da Costa Figueira, *Subsídios para o estudo de alguns problemas nacionais*, Lisboa, Organizações Bloco, 1949, p. XV).

⁽⁸¹⁾ O Governador Civil de Leiria — apoiante da Situação, como não podia deixar de ser —, Dr. Afonso Zuquete, definia às eleições da seguinte forma: "Dois passados. Duas épocas. Duas maneiras diferentes. Duas expressões antagónicas na fisionomia de um povo: o bem e o mal, a graça e a desgraça" (*O Século*, 11 Jan. 1949). Palavras que poderiam também ser "mentalmente" proferidas por um oposicionista.

mesmas eleições. Interpretações contemporâneas das eleições. Por exemplo, para o integralista José Pequito Rebelo cada uma das propostas de regime em confronto tiveram por origem a acção governativa que decorria do adversário: "O regime do Estado Novo ou do Pseudo-corporativismo e o regime da Pseudo-democracia tem-se defrontado em magna polémica, procurando descobrir reciprocamente os defeitos. Mas cada um dos regimes poderia defender-se do ataque do adversário alegando que a ele se deve o próprio nascimento ou ressurgimento. Pelos erros do Estado Velho, surgiu o Estado Novo. E agora o Estado Novo dá à luz o erro dos seus erros: ter tornado possível o reaparecimento do partido democrático"⁽⁸²⁾. O mesmo pensador relata igualmente a ideia de que nas eleições estavam em luta dois partidos únicos: o Partido Governamental e o Partido Democrático — "[...] dois partidos no fundo idênticos, mas com aparência de muito diferentes"⁽⁸³⁾.

Assim, das palavras deste autor, torna-se viável deduzir que em ambos os regimes existia uma vincada noção de corrigir os erros provocados pelo adversário. A sua razão de existência decorria precisamente da necessidade histórica de regenerar as forças vivas da nação. Forças essas que sofreram uma estagnação provocada pela má acção governativa do regime oposto. Por isso, tanto a oposição como a Situação viam o adversário como símbolo de decadência ^(M) e de desvirtuamento do caminhar histórico da nação — o que levou cada um dos blocos antagónicos a procurar afirmar-se como o verdadeiro herdeiro da tradição política nacional.

Desta feita, assistimos genericamente, em 1949, a um confronto eleitoral desigual entre dois "Portugais"; duas formas salvíficas de regenerar o país; duas maneiras de restaurar a unidade nacional e a dignidade histórica da nação. Um confronto eleitoral desigual, uma vez que o Estado Novo acabou mais uma vez por controlar — por meio da censura, da repressão e da fraude — o funcionamento do acto eleitoral, dando-lhe uma aparência de democraticidade. Uma democraticidade fictícia que não passava

⁽⁸²⁾ José Pequito Rebelo, *O meu testemunho*, Lisboa, Edição do autor, 1949?, p. 5, ou *Diário de Lisboa*, 9 Fev. 1949.

⁽⁸³⁾ *Idem, ibidem*, p. 8.

^(u) As teorias decadentistas são indispensáveis para o surgimento da ideia de regeneração. Uma ideia que entre nós tende a persistir.

de uma arma ideológica ao serviço da pseudo-legitimidade do regime. Mas um acto eleitoral que, todavia, poderia na sua génese ter funcionado como processo legalista de derrubamento do regime filofascista — à luz da nova ordem internacional de democracia — ou como processo de legitimação do regime vigente aos olhos do mundo e do país. Um dilema que, no entanto, acabou por ser resolvido mediante o surgimento da "Guerra Fria" que veio dar mais peso à segunda possibilidade, uma vez que fomentou a discórdia no seio da oposição e legitimou pela sua politização a continuidade salazarista. Com efeito, 1949, ao permitir uma divisão interna das forças contestatárias ao regime, difere já parcialmente de 1945. Mas 1949 difere igualmente por marcar oficialmente o surgimento do debate político sobre o problema da unidade nacional e do "Império" — reivindicações indianas sobre a posse de Goa, Damão e Diu. Uma unidade que acaba por ser ameaçada pelo movimento generalizado de descolonização e pela expansão do poderio americano e soviético. Enfim, um desabrochar oficial da crise colonial que nos seus inícios permitiu reforçar o nacionalismo e conseqüentemente o apoio ao regime salazarista, mas que acabou por crescer e por subverter definitivamente os alicerces do Estado Novo, derrubando-o na década de 70.